



EDUCAÇÃO:

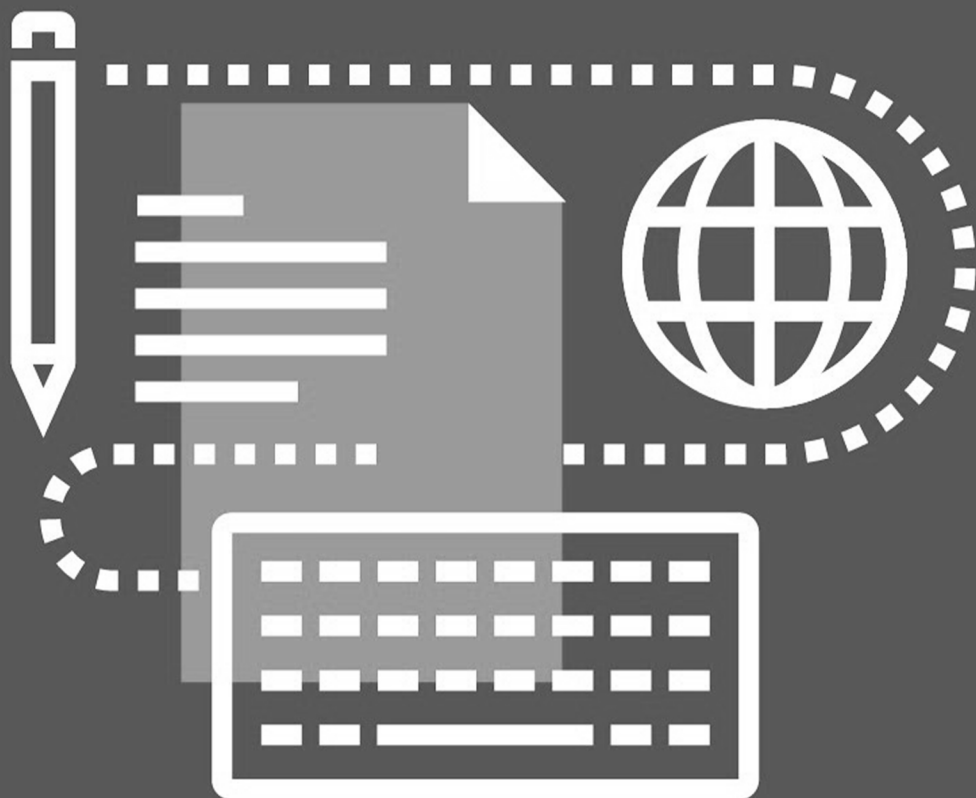
ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

2

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

2

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-285-2
DOI 10.22533/at.ed.852202008

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Diante do cenário em que se encontra a educação brasileira, é comum a resistência à escolha da docência enquanto profissão. Os baixos salários oferecidos, as péssimas condições de trabalho, a falta de materiais diversos, o desestímulo dos estudantes e a falta de apoio familiar são alguns dos motivos que inibem a escolha por essa profissão. Os reflexos dessa realidade são percebidos cotidianamente no interior dos cursos de licenciatura e nas diversas escolas brasileiras.

Para além do que apontamos, a formação inicial de professores vem sofrendo, ao longo dos últimos anos, inúmeras críticas acerca das limitações que algumas licenciaturas têm para a constituição de professores. A forma como muitos cursos se organizam curricularmente impossibilita experiências de formação que aproximem o futuro professor do “chão da sala de aula”. Somada a essas limitações está o descuido com a formação de professores reflexivos e pesquisadores.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a formação de professores, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são experienciadas no interior da escola e da universidade, nesse movimento de formação do professor pesquisador.

É nesse sentido, que o volume 2 do livro **Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado** nasceu, como forma de permitir que as diferentes experiências do [futuro] professor sejam apresentadas e constituam-se enquanto canal de formação para professores da Educação Básica e outros sujeitos. Reunimos aqui trabalhos de pesquisa e relatos de experiências de diferentes práticas que surgiram no interior da universidade e escola, por estudantes e professores de diferentes instituições do país.

Esperamos que esta obra, da forma como a organizamos, desperte nos leitores provocações, inquietações, reflexões e o (re)pensar da própria prática docente, para quem já é docente, e das trajetórias de suas formações iniciais para quem encontra-se matriculado em algum curso de licenciatura. Que, após esta leitura, possamos olhar para a sala de aula com outros olhos, contribuindo de forma mais significativa com todo o processo educativo. Desejamos, portanto, uma ótima leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DIVERSIDADE CULTURAL COMO PRÁTICA NA EDUCAÇÃO	
Ronaldo Carvalho Adir Casaro Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.8522020081	
CAPÍTULO 2	13
A IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOCENTE: ATIVIDADES LÚDICAS E EXPERIMENTAIS COMO FERRAMENTAS DE ENSINO	
José Manuel Amancio da Silva Kaio Hemersson Oliveira Romão Victória Pinheiro Alves Francisco Ferreira Batista Pedro Nogueira da Silva Neto Polyana de Brito Januário	
DOI 10.22533/at.ed.8522020082	
CAPÍTULO 3	23
FORMAÇÃO DOCENTE E QUALIDADE EDUCACIONAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Daniela Ferreira Nunes Simone Leal Souza Coité	
DOI 10.22533/at.ed.8522020083	
CAPÍTULO 4	35
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PEDAGOGO	
João Paulo Buraneli Mantoan Rodrigo Leite da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8522020084	
CAPÍTULO 5	44
OS IMPACTOS DO PIBID NA FORMAÇÃO DOCENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE GRADUANDOS EM PEDAGOGIA DA UNAERP	
Samila Bernardi do Vale Lopes Claudinei de Souza Heloísa Alves Rosa Gabriela Vansan	
DOI 10.22533/at.ed.8522020085	
CAPÍTULO 6	58
NARRATIVAS REFLEXIVAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE QUÍMICA	
Robson Macedo Novais	
DOI 10.22533/at.ed.8522020086	
CAPÍTULO 7	68
O CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS: UMA ESTRATÉGIA PARA SE INSTITUIR UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO	
Fabrícia Lopes Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.8522020087	

CAPÍTULO 8	80
UM ESTUDO SOBRE OS CURSOS PROEJA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ Hanny Paola Domingues Josmaria Aparecida de Camargo Sonia Maria Chaves Haracemiv DOI 10.22533/at.ed.8522020088	
CAPÍTULO 9	86
UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS E NEUROCIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO LICENCIADO Aline Andrade de Sousa Andressa Pereira Costa Rebeca Chipaia de Sousa DOI 10.22533/at.ed.8522020089	
CAPÍTULO 10	93
DOCENTES NA AMAZÔNIA: NARRATIVAS, TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS Adalberto Carvalho Ribeiro DOI 10.22533/at.ed.85220200810	
CAPÍTULO 11	105
UMA REFLEXÃO SOBRE O “SER COORDENADOR PEDAGÓGICO” DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL Michele Serafim dos Santos Flavinês Rebolo DOI 10.22533/at.ed.85220200811	
CAPÍTULO 12	120
DIVERSIDADES E MEDIAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: REFLEXÕES E ANÁLISES TEXTUAIS CONTRIBUINDO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES Fabiola Xavier Vieira Garcia DOI 10.22533/at.ed.85220200812	
CAPÍTULO 13	126
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA Allana Rajla Gonçalves Gomes Yuri Vidal Santiago de Mendonça DOI 10.22533/at.ed.85220200813	
CAPÍTULO 14	138
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O ENSINO NORMAL NA REFORMA ESTADUAL DE MANUEL DUARTE (1928-1929) Thiago Bomfim Casemiro DOI 10.22533/at.ed.85220200814	
CAPÍTULO 15	153
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO POR MEIO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS Neusa Nogueira Fialho DOI 10.22533/at.ed.85220200815	

CAPÍTULO 16	165
SAÚDE VOCAL DOS PROFESSORES: FERRAMENTA CONDICIONANTE DO TRABALHO DOCENTE	
Anaisa Alves de Moura Giovanna Morais Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85220200816	
CAPÍTULO 17	174
A EXPERIÊNCIA DE SI NA FORMAÇÃO DO ARTISTA – DOCENTE	
Jacqueline Rodrigues Peixoto José Albio Moreira de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.85220200817	
SOBRE O ORGANIZADOR	182
ÍNDICE REMISSIVO	183

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O ENSINO NORMAL NA REFORMA ESTADUAL DE MANUEL DUARTE (1928-1929)

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 06/05/2020

Thiago Bomfim Casemiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor da Educação Básica da rede municipal de ensino de Iguaba Grande (RJ) e rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.

Cabo Frio — Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/3649128718147412>

Texto originalmente publicado nos anais do XI Seminário Internacional do HISTEDBR, em 2019, no Grupo de Trabalho História e Historiografia da Educação.

RESUMO: A formação de professores é pauta permanente nas políticas educacionais contemporâneas e assim o foi em outros momentos da história da república brasileira. O projeto republicano de modernização do país passava pelo combate ao analfabetismo e para tal, era fundamental ampliar a oferta do ensino primário nas regiões mais longínquas. A ampliação numérica das escolas está atrelada ao crescimento do quadro docente. A questão que vem conduzindo o nosso processo investigativo é: quais foram as ações empreendidas para prover de professores as escolas estaduais? Situamos nossa pesquisa no campo da História e Historiografia da Educação, tendo como

recorte temático a História da Formação de Professores e da Profissão Docente, tendo recorte temporal a década de 1920. O ponto de partida das nossas análises são fontes primárias, mensagens enviadas pelo presidente do estado do Rio de Janeiro, Manuel Duarte, ao poder legislativo, onde eram apresentadas as ações realizadas no ano anterior do mandato. No relatório de 1929 o presidente do estado apresentou os principais pontos da reforma do ensino implementada em 1928. Neste documento Manuel Duarte narra o andamento da implementação das mudanças desejadas e expõe alguns dados. Entre as inovações da reforma encontramos o (re)surgimento da Escola Normal Equiparada; a autorização para que professores diplomados em outros estados pudessem atuar no magistério estadual; e ainda destacamos comparação da formação Normal com aquela recebida pelo alunato do Lyceu de Humanidades, com a superestimação deste último. A partir de uma base documental composta por fontes primárias, procuramos analisar a narrativa do presidente de estado e cada uma das ações elencadas.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Formação de professores. Trabalho Docente.

ABSTRACT: Teacher training is an ongoing issue in contemporary educational policies and has been so at other times in the history of the Brazilian republic. The republican project to modernize the country involved combating illiteracy and, for that, it was essential to expand the supply of primary education in the most distant regions. The numerical expansion of schools is linked to the growth of the teaching staff. The question that has been conducting our investigative process is: what were the actions taken to provide state schools with teachers? We situate our research in the field of History and Historiography of Education, with thematic focus on the History of Teacher Education and the Profession of Teachers, with a temporal approach to the 1920s. The starting point of our analyzes are primary sources, messages sent by the president from the state of Rio de Janeiro, Manuel Duarte, to the legislative chamber, where the actions carried out in the previous year of the mandate were presented. In the 1929 report, the state president presented the main points of the educational reform implemented in 1928. In this document Manuel Duarte narrates the progress of the implementation and the desired changes and exposes some data. Among the innovations of the reform we find the (re) emergence of the Normal School Equated; the authorization for qualified teachers in other states to be able to act in the state teaching; and we also highlight the comparison of the Normal formation with that received by the Lyceu de Humanidades pupil, with the overestimation of the latter. From a documentary base composed of primary sources, we seek to analyze the narrative of the president of state and each of the listed actions.

KEYWORDS:History of Education. Teacher Training. Teaching Work.

1 | INTRODUÇÃO

A formação de professores e a valorização da carreira docente são temas recorrentes em discursos sobre políticas públicas para a Educação. Não raro a importância do professorado é ressaltada e seu papel social é reconhecido, porém passado o momento de afago, são apontados diversos problemas que inviabilizam o bom desempenho das atividades docentes e questões concernentes à formação inicial e continuada dos professores. Discursos ilustrativos sobre o exposto podem ser encontrados tanto no tempo presente, quanto no recuo do tempo, em décadas anteriores.

O texto que apresentamos tem como objeto a História do Ensino Normal no Estado do Rio de Janeiro, tendo como recorte temporal o final da década de 1920, especificamente os anos de 1928-1929. Foram nestes anos que o então presidente de estado Manuel Duarte empreendeu uma reforma no sistema educacional estadual. Tal reforma está inserida em um contexto histórico-político-econômico de reconstrução da identidade fluminense, resultado da perda de prestígio que o estado sofrera nas primeiras décadas da República. Este estudo é parte de um projeto de pesquisa maior, dedicado às reformas educacionais ocorridas no estado do Rio de Janeiro ao longo das décadas 1910-1930.

Analisaremos alguns pontos desta reforma educacional que recaem, direta ou indiretamente, sobre o Ensino Normal, tendo como objetivo desvendar e expor as

expectativas dos agentes políticos para com o professorado. Para isto, nos valem de fontes primárias, as mensagens enviadas pelo poder executivo ao legislativo anualmente como forma de prestar satisfação sobre as medidas tomadas. Além de fontes primárias, nos respaldamos em pesquisas sobre a História do Estado do Rio de Janeiro (FERNANDES, 2009) e também História da Educação (SOUZA, 2012), além das referências historiográficas fundamentais no trabalho com fontes primárias (BACELLAR, 2018; ALBUQUERQUE, 2017). Observamos também questões historiográficas que referem-se a forma como lidamos com tempo, ou seja, a relação passado-presente.

Nos atuais moldes da historiografia ocidental, o caminho da investigação historiográfica deve começar pelas demandas colocadas pelo tempo presente, e não pelo passado. Quando um dos fundadores da *Escola dos Annales*, Marc Bloch (2001), visitou a cidade de Estocolmo na companhia de um colega historiador, optou por visitar primeiro o novo prédio da prefeitura, antes de ver o antigo que fora desativado. Após contar o caso, o historiador francês ressaltou a capacidade vital ao ofício do historiador que é apreender aquilo que é vivo. A História não se atém ao que passou, mas àquilo que ainda vivemos, afinal, o passado não pode ser tido como objeto de estudos em um campo que se pretende a científico (BLOCH, 2001, p. 65).

Outra questão historiográfica importante de ressaltar é a nossa escolha pelo aporte teórico da História Política. Este campo da Historiografia foi marcado, entre os séculos XIX e metade do sec. XX, pelas narrativas quase biográficas de personalidades que desempenharam papéis de destaque no âmbito dos Estados. Tratava-se de uma produção exaltadora de virtudes e valores a serem seguidos. Com a emersão da *Escola dos Annales*, e a conseqüente História Social, a História Política, e toda a sua tentativa de reproduzir o passado de forma taxativa, foi relegada aos escalões mais baixos da historiografia ocidental.

Com a ampliação das ações dos Estados e dos seus serviços, o entendimento do campo político fora alargado, de forma que “o campo político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis” (RÉMOND, 2003, p.443). Compartilhamos da ideia em que o Político permeia todas as ações e decisões das sociedades contemporâneas, sem perder de vista que política não se faz apenas no âmbito do Estado e os sujeitos políticos devem ser buscados, e entendidos, nas diversas instituições das sociedades.

As explicações e interpretações que faremos serão centradas nas ações de governo, ou seja, grupos/facções políticas que momentaneamente ocuparam os aparelhos do Estado. Não se trata de tecer perfis biográficos de determinados grupos e/ou sujeitos, mas sim de identificar tendências no tratamento da coisa pública, especificamente aquilo que se esperava de formação e atuação uma categoria profissional: o magistério.

2 | FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA QUESTÃO EM ABERTO

A Formação de Professores, seja em sua fase inicial ou continuada, é um tema corrente nas atuais políticas públicas e figura nas metas da educação brasileira. Em 2007, por meio do decreto de nº 6.094, de 24 de abril do referido ano¹, o Plano de Metas Todos Pela Educação estabeleceu vinte e oito metas a serem atingidas pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios. De forma direta, as metas XII e XIII versam respectivamente sobre a instituição de programas de formação inicial e continuada, próprios ou em parcerias, para os profissionais da educação e também sobre a implantação de planos de carreira, cargos e salários baseado no mérito, observando-se entre outras coisas, a formação profissional².

As metas apresentadas no Compromisso Todos Pela Educação foram reestruturadas e (re) apresentadas no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014³. Ao todo foram estabelecidas vinte metas a serem alcançadas ao longo de dez anos (2014-2024). Na proposta de cada meta há a descrição das estratégias a serem utilizadas por todos os entes federados para obter os resultados esperados. A meta quinze almeja a ampliação do número de profissionais da educação com formação específica em nível superior, obtidos em cursos de licenciaturas.

Tal preocupação é justificada pelos índices de profissionais em funções docentes que não possuíam ensino superior completo. Em 2014, 69,4% dos educadores brasileiros que atuavam na Educação Infantil possuíam formação em nível superior. No Ensino Fundamental - Anos Iniciais, o índice nacional era de 75%. Focamos nos dados destas duas etapas da Educação Básica devido a ligação estreita entre a formação Normal Médio (nosso objeto de estudos) e o trabalho docente nestes segmentos. Segue o quadro comparativo dos índices de 2014 e 2018, apresentando o primeiro colocado na classificação nacional, o Estado do Rio de Janeiro – local do qual falamos – e o último colocado.

	EDUCAÇÃO INFANTIL (%)		Classificação em 2018
	2014	2018	
Brasil	69,4	76,2	-
Média dos municípios do Espírito Santo	91	94,7	1º
Média dos municípios do Rio de Janeiro	54,9	56,3	23º
Média dos municípios do Maranhão	32,8	42,6	26º

Tabela 1. Percentual de Funções Docentes com Nível Superior que atuam na Educação Infantil (2014 e 2018).

Fonte: Portal eletrônico do INEP⁴.

1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acessado em 18 de julho de 2019.

2. Não nos cabe neste espaço fazer uma análise detalhada destas metas e do documento como um todo, fruto de um contexto histórico específico e que envolve diversos atores sociais, movidos por certos interesses.

3. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acessado em 18 de julho de 2019.

4. Dados disponíveis para *download* em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>.

	ENSINO FUNDAMENTAL (%)		Classificação em 2018
	2014	2018	
Brasil	75	81,4	-
Média dos municípios do Espírito Santo	92,2	95,9 (1º)	1º
Média dos municípios do Rio de Janeiro	63,7	66,1	24º
Média dos municípios do Amapá	45,2	52,5	26º

Tabela 2. Percentual de Funções Docentes com Nível Superior que atuam no Ensino Fundamental – Anos Iniciais (2014 e 2018).

Fonte: Portal eletrônico do INEP⁵.

Analisando os dados, atentos a legislação vigente e observando o que não é apresentado em primeiro plano, chegamos ao entendimento que os docentes que não possuem formação em nível superior possuem ao menos a habilitação profissional por meio do Normal Médio. Desta forma, apesar do Estado do Espírito Santo apresentar bons indicadores de formação em nível superior, no Rio de Janeiro este ponto ainda merece atenção e é um assunto relevante, considerando que boa parte do quadro docente em exercício nos municípios (Ed. Infantil e Ens. Fundamental I) em 2018 são normalistas. Se observarmos os números do interior do Estado veremos que esta formação ainda é muito presente no magistério.

	EDUCAÇÃO INFANTIL (%)
Rio de Janeiro (município)	62,8
Armação dos Búzios	65,2
São Pedro da Aldeia	50,8
Cabo Frio	39,0
Saquarema	36,3
Arraial do Cabo	33,7
Araruama	26,6
Iguaba Grande	17,9

Tabela 3. Percentual de Funções Docentes com Nível Superior na Educação Infantil. Municípios do Interior do Estado do Rio de Janeiro - Região dos Lagos (2018)

Fonte: Portal eletrônico do INEP⁶.

	ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS (%)
Rio de Janeiro (município)	81,1
Armação dos Búzios	65,3
São Pedro da Aldeia	54,9
Cabo Frio	47,0
Arraial do Cabo	38,8
Saquarema	36,7
Araruama	33,4
Iguaba Grande	19,7

Tabela 4. Percentual de Funções Docentes com Nível Superior no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Municípios do Interior do Estado do Rio de Janeiro - Região dos Lagos (2018)

Fonte: Portal eletrônico do INEP⁷.

5. Dados disponíveis para *download* em < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais> >.

6. Dados disponíveis para *download* em < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais> >.

7. Idem.

Se a nível nacional muitos professores ainda não possuem formação em nível superior, no interior do estado do Rio de Janeiro a situação é ainda mais delicada. Ainda que o município do Rio de Janeiro tenha indicadores razoáveis, no resto do estado o mesmo não acontece. Devemos atentar para um processo histórico de formação docente que contribuiu para este cenário. É importante distinguir a história do Rio de Janeiro enquanto capital do Brasil, Distrito Federal, e a história do Estado do Rio de Janeiro, tendo como capital a cidade de Niterói.

O município do Rio de Janeiro fora elevado a capital do Brasil com a chegada da família real portuguesa em 1808. Em 1834, o Ato Adicional transformou a cidade em município neutro, tendo sua administração separada do restante do estado. Com a proclamação da República (1889) a cidade continuou a ser a capital do país, mantendo o *status* de Distrito Federal conferido pelo ato de 1834. Em 1960, uma vez transferida a capital do Brasil para Brasília, o município do Rio de Janeiro foi convertido em mais um estado, o Estado da Guanabara, só sendo fundido e unificado ao Estado do Rio de Janeiro em 1975 (FERNANDES, 2009). Para cada transformação político-administrativa há uma série de debates, acordos e disputas.

Desta forma, Fernandes (2009) constata a construção e consolidação da cidade do Rio de Janeiro como “um importante centro urbano, comercial, financeiro, industrial e operário do país diferindo-se do estado eminentemente rural, agrário e campestre” (p. 21). Ainda de acordo com as indicações do autor, durante o Império (1822-1889) foram estas as características que fizeram da província do Rio de Janeiro “província chave do Império e celeiro da Corte/Distrito Federal” (Idem). No entanto, com a abolição da escravidão, o alvorecer da República e com o avanço do café para o oeste paulista, o estado perdeu importância no direcionamento das políticas nacionais. Grupos políticos disputaram o poder pelo comando do estado e em seus discursos exaltavam o passado glorioso em tempos imperiais, onde cabia ao Rio de Janeiro a primazia política e econômica. Estes discursos tinham como objetivo mobilizar a população fluminense na formação de uma identidade para o Estado do Rio de Janeiro (FERNANDES, 2009, p. 18-19).

No campo educacional, o governador Manuel Duarte, dando continuidade à política de Feliciano Sodré, promoveu mudanças no Ensino Primário, Ensino Profissional e Normal. A formação de uma identidade fluminense para as futuras gerações do estado foi encarada como uma missão histórica. Era necessário rever a organização do ensino sob a responsabilidade do poder estadual, se valendo de um aparato administrativo mais adequado, alinhado às tendências pedagógicas circulantes nos Estados Unidos e Europa.

3 | A REFORMA DO ENSINO ESTADUAL DE 1928-1929

Manuel Duarte, presidente de província entre os anos de 1927 e 1930, nasceu em 1877 no município de Rio Bonito, localizado a aproximadamente 80 km da cidade do Rio de

Janeiro. Dedicou-se ao jornalismo, atuando em alguns jornais do Rio de Janeiro (Distrito Federal). Ingressou na política em 1911, estando alinhado com o Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), acompanhando toda as disputas políticas pelo controle do governo do estado entre as décadas de 1910 e 1920. Após eleger-se deputado federal (1924-1926) e senador, em fevereiro de 1927, foi eleito presidente de estado ainda no mesmo ano, assumindo o cargo em 23 de dezembro de 1927, com apoio de Feliciano Sodré, presidente que o antecederia. Manteve-se como opositor a Aliança Liberal⁸ e fiel a Júlio Prestes. Com a deposição do presidente da república, Manuel Duarte também teve seu mandato interrompido devido a uma intervenção no governo estadual.

Apesar da conjuntura conturbada na qual estava inserido no exercício do seu mandato e da interrupção deste, Manuel Duarte pôs em movimento uma reforma educacional relevante para o estado. Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) no mês de outubro de 1929, o poder executivo apresentou as ações desencadeadas para aumentar a abrangência da educação primária, sobretudo no interior do estado, o que também implicou a ampliação do quadro docente.

Antes de analisarmos o conteúdo da mensagem, devemos fazer apontamentos sobre o tipo de documento que estamos nos apoiando e os cuidados necessários ao construirmos nossa narrativa. Trata-se de uma mensagem oficial, enviada para cumprir trâmites regimentais, de acordo com a Constituição Estadual vigente à época. Este procedimento também estava presente na legislação paulista, e de outros estados, e tais registros servem de fontes para os historiadores.

Destacamos aqui o trabalho e as indicações de Rosa Fátima de Souza (2012), que esclarece que “as mensagens se caracterizam por apresentarem uma configuração textual na qual sobressai o relato dos avanços realizados e a avaliação dos problemas enfrentados” (p. 27). A pesquisadora ressalta ainda que “a análise dos discursos dos presidentes do Estado permite apreender as representações das lideranças políticas sobre a instrução pública” (Idem). Desta forma, tomamos estas mensagens como um discurso que representa a visão educacional de agentes políticos e são direcionadas a um público específico: os deputados estaduais, fossem eles base de apoio do executivo ou de oposição.

É importante salientar que as ações políticas, especialmente as reformas de Estado, não são obras de apenas um único indivíduo. Ainda que o chefe do executivo seja mencionado como sendo o responsável imediato pela Reforma Educacional, não podemos deixar de mencionar a possível colaboração de pessoas que compunham o quadro técnico do Departamento de Instrução Pública, com destaque para José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor da Instrução Pública que realizara um estudo de fôlego sobre a educação estadual, consultando a antiga legislação provincial e republicana, além

8. Organização que associou políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul em oposição a oligarquia paulista, representada à época pelos paulistas Washington Luís (presidente da República) e Júlio Prestes (candidato indicado pelos paulistas).

de analisar as experiências anteriores na década de 1920. Além destes estudos locais, José Duarte também estava a par das reformas que estavam sendo implementadas no Uruguai, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Ceará (FERNANDES, 2009, p. 89). Foi ainda durante a sua gestão à frente do Departamento que ocorreu o primeiro recenseamento escolar do estado. Este por sua vez, só foi possível graças ao empenho do professorado. Nas palavras do próprio Manuel Duarte:

O professor recebeu, então, a maior parcela de responsabilidade nessa tarefa. Compreende-se que assim seja, pois que ele tem o maior empenho em mostrar-se verdadeiro, dedicado e vivamente interessado no triunfo de sua missão. (RIO DE JANEIRO, 1929, p 62).

Não nos cabe aqui levantar questões sobre a confiança que o governador depositou no levantamento de dados realizado pelos professores, afinal, se os professores eram os responsáveis pelo fornecimento dos dados, deve-se pensar sob quais condições e interesses disponibilizavam tais informações. E ainda, seria necessário observar o tratamento destes dados, o que demanda uma outra pesquisa. O que queremos constatar é: as políticas públicas não são frutos apenas do esforço e intelecto de apenas uma pessoa. Ainda que a reforma seja assinada por Manuel Duarte, fica aqui registrado que ele estava ligado a um grupo político com interesses próprios e tinha sob seu comando um corpo profissional que viabilizou as suas ações.

Tomando os documentos supracitados como fruto de um esforço coletivo de políticos e gestores em dado momento da história, buscamos nos alinhar com indicações importantes sobre o uso de discursos e pronunciamentos como fontes para o trabalho historiográfico, entendendo que

Não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas e sociais. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2017, p. 235).

Atentos à questões historiográficas, tentamos expor até esta parte do texto o contexto no qual a reforma do ensino estadual está inserida, apresentando uma resumo sobre as condições econômicas do estado, alinhamentos políticos e projetos em disputa, como a (re)construção da identidade fluminense. Acreditamos que tal cenário servirá de plano de fundo e nos auxiliará nas considerações que seguem. Além destas observações, Bacellar (2018) orienta “conhecer o funcionamento da máquina administrativa para o período que se pretende estudar” (p.44). Atendendo a esta indicação, constatamos que a gerência da Educação Estadual era feita a partir da Diretoria de Instrução Pública, contida na Secretaria de Interior e Justiça. A Diretoria de Instrução Pública contava ainda com duas seções, uma dedicada ao Ensino Secundário, Profissional e Normal, e outra dedicada ao Ensino Primário. Há ainda as Inspeções Regionais, comandada pelo Inspetor de Ensino Primário, que contava com o auxílio de oito inspetores regionais, que atuavam de acordo com a divisão geográfica do estado.

3.1 Apresentação da Reforma

O documento que ora analisamos é composto por um total de 276 páginas, onde 46 páginas são dedicadas a Instrução Pública, sendo o maior capítulo do texto dedicado às Obras Públicas, com 74 páginas, seguido do capítulo que trata da Situação Financeira com 68. Foi apresentado na ALERJ no dia 1 de outubro de 1929, em nome do presidente de Estado Manuel Duarte.

Já na abertura do texto redigido em primeira pessoa, tendo como narrador Manuel Duarte, exalta-se a “excelência do aparelho pedagógico existente, que se devera ao clarividente espírito de meu digno predecessor” (RIO DE JANEIRO, 1929, p. 53). O predecessor mencionado é Feliciano Sodré, político aliado de Manuel Duarte que exerceu o mandato de Presidente do Estado entre os anos de 1923 e 1927. Ambos compuseram um bloco político de oposição contra os nilistas⁹.

O presidente do Estado salienta que trata-se de uma reforma parcial do ensino primário, profissional e normal, ficando o ensino secundário fora da reforma. As mudanças são justificadas pela necessidade de introduzir no aparelho de ensino novas disposições para tornar o ensino estadual “mais eficiente e mais bem conformado às necessidades palpitantes” (RIO DE JANEIRO, 1929, p. 31). Apesar de considerar o aparato escolar valoroso, a reforma é apresentada como “indeclinável”, tendo em vista que “a escola não pôde ficar estacionária e sobre reflectir a cultura de sua época, deve acompanhar a evolução do ambiente” (Ibidem, p. 54).

O acompanhamento de ações em outros estados do Brasil e, mesmo em outros países, não significou uma transplantação simples e direta. Conforme indicamos, aqueles que passaram pela gestão estadual nas primeiras décadas da república tinham como uma de suas preocupações a formação de uma identidade fluminense. Logo, a simples assimilação de modelos educacionais estrangeiros, ou de outros entes federados, dificilmente atenderia a esta demanda, que poderiam resultar em uma “expressão fria de um texto regulamentar”, sendo que “o que é para desejar, com indenegável proveito, é a acolhida do que se faz prático, útil, consoante com os nossos reclamos, afim às nossas tradições e tendências” (Idem).

3.2 Formação e provimento de Professores: desafios da Educação Estadual

No relatório que analisamos encontramos dados que merecem atenção. São apresentados números sobre a matrícula de alunos em cada etapa do ensino e em cada modalidade (Profissional, Secundário e Normal), despesas com a instrução pública, mapa de frequência dos alunos, quantitativo de formandos no Ensino Normal, entre diversos

9. Grupo político do Rio de Janeiro organizado a partir da figura de Nilo Peçanha. Nilo Peçanha foi Deputado Constituinte em 1891, presidente do Estado de 1903 a 1906, Vice Presidente da República entre 1906 e 1909. Com a morte do presidente Afonso Pena em junho de 1909, Nilo assumiu a presidência da república até o fim do mandato em 1910. Exerceu ainda um segundo mandato como presidente do Rio de Janeiro de 1914 a 1917.

outros dados. Daremos atenção aos números relacionados diretamente ao Ensino Normal e Trabalho Docente.

Ao todo, o Estado do Rio de Janeiro contatava com três escolas que ofertavam o Ensino Normal, sendo duas escolas oficiais (Escola Normal de Nictheroy e Escola Normal de Campos) uma equiparada (Collegio Santa Isabel – em Petrópolis). A partir dos dados apresentados nas mensagens enviadas ao legislativo nos anos de 1928, 1929 e 1930, elaboramos o quadro a seguir sobre o número de matrículas nas escolas normais e o quantitativo correspondente às(aos) professoras(es) formadas(os).

ESCOLA NORMAL	NÚMERO DE MATRÍCULAS			CONCLUINTES		
	1927	1928	1929	1927	1928	1929
De Nictheroy	271	329	339	55	50	50
De Campos	235	224	210	11	45	37
Collégio Santa Isabel (equiparada)	127	168	169	22	34	30
TOTAL	633	721	718	88	129	117
TOTAL DE PROFESSORES FORMADOS NO PERÍODO 1927-1929				334		

Tabela 5. Número de alunos(as) matriculados(as) e formandos(as) em 1927, 1928 e 1929.

Fonte: Mensagens enviada por Manuel Duarte à ALERJ em 1928 (p. 65-67), 1929 (p. 84-85) e 1930 (p. 74-76)

Para melhor dimensionar o alcance das Escolas Normais na formação dos professores que deveriam atuar no estado do Rio de Janeiro, apresentamos dados sobre o Ensino Primário (principal área de atuação do professorado formado nas Escolas Normais e maior segmento de ensino sob a responsabilidade do governo estadual) e sobre a evolução do Quadro de Professores que atuam nesta etapa do ensino.

ENSINO PRIMÁRIO	1927	1928	1929
Matrícula	58.770	70.050	91.633
Número de escolas	738	853	972
Frequência média	38.903	46.816	60.883

Tabela 6. Dados sobre o Ensino Primário ofertado nos Grupos Escolares, Escolas Isoladas (1º e 2º graus), Escolas-Modelos (anexas às Escolas Normais e Profissionais), Escolas Maternas e Jardim de Infâncias, Escolas Subvencionadas Diurnas e Noturnas.

Fonte: Mensagens enviada por Manuel Duarte à ALERJ em 1928 (p. 53-54), 1929 (p. 72-74) e 1930 (p. 62-63)

ENSINO PRIMÁRIO	Aumento entre 1927 e 1928 (%)	Aumento entre 1928 e 1929 (%)	Acumulado no período 1927-1929 (%)
Matrícula	19,2	30,8	55,9
Número de escolas	15,5	14,0	31,8

Tabela 7. Percentual de crescimento do número de matrícula e de escolas que ofertavam o Ensino Primário.

Fonte: Mensagens enviada por Manuel Duarte à ALERJ em 1928 (p. 53-54), 1929 (p. 72-74) e 1930 (p. 62-63)

Os quadros comparativos que apresentamos correspondem aos anos do mandato

de Manuel Duarte, interrompido em 1930, conforme já mencionamos. Observamos um crescimento constante no número de matrículas no Ensino Primário e também no número de escolas. Ainda que entre 1928 e 1929 a taxa percentual tenha sido menor do que no ano anterior, foram englobadas pela gerência Estado 119 escolas, tendo sido criadas ou subvencionadas. O crescimento do número de matrículas na ordem aproximada de 55,9% em apenas três anos é algo que nos chama atenção e carece de estudos mais detalhados, afinal, devemos ter em mente que são dados apresentados pelo presidente do estado aos deputados. O que nos cabe apontar é que as Escolas Normais existentes não acompanharam este crescimento da oferta do Ensino Primário, conforme podemos ver na Tabela 5, embora o número de professores atuantes no estado também tenha crescido neste período.

QUADRO DE PROFESSORES	1927	1928	1929
Directores de Grupo	64	68	68
Cathedraicos	613	674	765
Adjunctos	676	820	1.034
Professores Subvencionados	64	93	140
TOTAL	1.417	1.655	2.007

Tabela 8. Número de professores que atuam no Ensino Primário, nas escolas estaduais ou subvencionadas.

Fonte: Mensagens enviada por Manuel Duarte à ALERJ em 1928 (p. 54), 1929 (p. 73) e 1930 (p. 62)

No recorte temporal de 1927 a 1929, o quadro docente teve um aumento de 41,7%, ingressando no magistério estadual cerca de 590 professores. Neste mesmo período as Escolas Normais existentes no estado diplomaram apenas 334 professoras(es), ou seja, o aumento do quadro docente se deu para além da capacidade das Escolas Normais em formarem novos professores. Importante considerar também a possibilidade de muitas dentre as concluintes das Escolas Normais não necessariamente ingressarem no magistério estadual. O fato é que houve a entrada de 590 professoras(es) nas fileiras do ensino primário estadual, sendo que as escolas normais formaram apenas 334, havendo uma diferença de 256 docentes, podendo ser ainda maior se levarmos em conta o não ingresso na carreira por parte das normalistas concluintes.

A Reforma Educacional de 1928 tentara criar uma nova base para a formação de professores no Estado, tanto no que diz respeito a quantidade, quanto à qualidade. Para preencher as cadeiras que viessem a ser criadas por conta da abertura de novas escolas, a estratégia para a ampliação do Ensino Normal foi nova regulamentação de um dispositivo, já existente no estado, que instituía a Escolas Normais Equiparadas.

A medida previa a conceder autorização para instituições de ensino secundário formarem professores primários, outorgando-lhes a mesma diplomação da Escolas Normais oficiais. Esta autorização se dava mediante visita técnica da Inspeção Escolar,

que deveria constatar a existência de todas as condições e instrumentos necessários a formação docente. Uma vez apurada e satisfeita todas as exigências pedagógicas, lhes eram concedidas a Equiparação (RIO DE JANEIRO, 1929, p. 86). Entre 1927 e 1928 solicitaram a Equiparação o Gymnasio Municipal Valenciano São José (Valença), o Collegio Nossa Senhora das Dôres (Nova Friburgo), o Gymnasio de Padua e o Gymnasio Miracema.

A Equiparação foi uma estratégia para ampliar a formação de professores, diante da “escassez de professores normalistas e a necessidade de dispor o Estado de mestres diplomados para entregar-lhes a regência das escolas rurais, que se multiplicam anualmente”(Ibidem, p.69). Os dados apresentados nas tabelas 5, 6 e 8 nos permite visualizar a conjuntura na qual se encontrava a educação estadual naquele momento e entender as razões que levaram o governo do estado a tomar tal atitude, ainda mais levando-se em conta que a Equiparação não era algo necessariamente novo. Tendo em vista que os números também seriam postos a apreciação de deputados da oposição, podemos imaginar o esforço para apresentar números otimistas.

A primeira Escola Normal Equiparada no estado foi o Collegio Santa Isabel (Petrópolis) que ofertava a formação de professores primários desde 1905 (RIO DE JANEIRO, 1928, p. 67), sendo até então regido pelo decreto nº. 695 de 1 de agosto de 1901. A Manuel Duarte faz menção a iniciativa do deputado Elycio de Araújo, que apresentou em 1927 um projeto de retomada da Equiparação. Tendo em vista a ampliação significativa do ensino primário estadual e a carência de professores, conforme os dados acima, tal projeto foi oportunamente absorvido pela reforma de Manuel Duarte.

A descentralização da formação de professores também atende a outra necessidade. Na mensagem de 1928 (referente ao ano de 1927) encontramos uma pista sobre a dificuldade em encontrar professores já diplomados dispostos a atuar no interior do Estado. A este respeito, o texto diz que o Collegio Santa Isabel “tem sido o maior auxiliar do ensino público fluminense, pois anualmente assegura uma turma de professores, que mais facilmente aceitam nomeação para a regência em escolas do interior do Estado” (Idem). Ainda no mesmo relatório, encontramos outra pista sobre este mesmo problema. É dito que no ano de 1927 cinquenta e cinco normalistas foram diplomadas na Escola Normal de Nictheroy (Capital), das quais apenas cinco foram nomeadas para atuarem no interior do Estado (RIO DE JANEIRO, 1928, p.65). Não há no texto maiores detalhes. Pelas fontes consultadas não podemos afirmar que a regência no interior fora oferecida a todas as cinquenta e cinco concluintes, ou se foi e as outras cinquenta a rejeitaram.

Na mensagem ao legislativo de 1930 (referente ao ano de 1929), Manuel Duarte, enquanto narrador do texto, apresenta o andamento das escolas que foram equiparadas no ano anterior, ao todo as escolas somaram 123 matrículas. Tendo em vista o pouco tempo transcorrido desde a Equiparação, em 1929 não houvera professoras(es) concluintes. Apesar do número de matrículas ainda não ser expressivo nas quatro instituições, em parte

por serem cursos em seu primeiro ano de existência, o presidente do Estado mostra-se otimista em relação a colaboração que estas escolas tem a dar à Educação Fluminense:

Tenho por firme que esses institutos submettidos a rigorosa fiscalização, e observada a necessária moralidade no curso, virão resolver dentro de curto prazo o problema do professor diplomado para reger as escolas ruraes, libertando o ensino público dos professores leigos e interinos. (RIO DE JANEIRO, 1930, p. 77)

Mais uma vez, podemos perceber certa preocupação, justificada em números, em prover o interior do Estado com professores devidamente formados. A partir do trecho acima, ainda podemos apontar um outro problema: a falta de formação dos professores que já lecionam. O texto apresentado em 1930 é o único, entre os três analisados (1928, 1929 e 1930), a apresentar dados sobre a formação, e não formação, do quadro docente. De acordo com a tabela 8, em 1929 haviam 2.007 professores em exercício, de acordo com os números oficiais. Dentre eles, 1.799 estavam em regência e diretamente ligados ao Estado, sendo outros 140 professores subvencionados e 68 cumprindo funções de direção. Dos 1.799 professores regentes nomeados pelo Estado, 511 não possuíam formação normal, este número corresponde a 28,4% do quadro docente estadual em 1929 (Ibidem, p. 62-63).

Outra medida que diz respeito ao aumento do número de professores atuantes no Estado foi a aceitação dos diplomas expedidos por Escolas Normais de outros estados. Até a reforma de 1928, só eram aceitos diplomas expedidos no Rio de Janeiro. Manuel Duarte diz não entender o motivo do “fechamento da fronteira do Estado”. Argumenta ainda que o exercício do magistério é uma missão que interessa a todo o país, com uma aspiração comum e uma única utilidade moral e cívica (RIO DE JANEIRO, 1929, p. 59). Assim sendo, os professores diplomados em outros estados ficam autorizados, a partir de 1928, a exercer o magistério no Rio de Janeiro. Não dispomos de dados para precisar quantos professores ingressaram no magistério estadual após esta medida, contudo, devemos lembrar que entre 1927 e 1929 o quadro docente teve aumento de 41,7%, um total de 590 professores (ver tabela 8), sendo que as escolas normais do estados formaram apenas 334 normalistas neste período (ver tabela 5).

Cabe ainda ressaltar mais um encaminhamento de Manuel Duarte sobre o provimento de professores, desta vez, pós reforma. Na mensagem de 1930 o presidente do Estado introduz um diálogo com os deputados sobre a possibilidade de certificar os concluintes do Lyceu de Humanidades de Campos como professores, mediante o cumprimento de curso de especialização, com estudos em Pedagogia, Metodologia, História da Educação e Sociologia Aplicada à Educação. A ideia foi justificada pelo bom proveito que se poderia dar a moçada formada no Lyceu e que não necessariamente ingressaria no Ensino Superior, sendo argumentado em favor destes a boa formação nas Letras e Humanidades. Manuel Duarte chega a argumentar que estes jovens egressos do Lyceu possuem formação mais vasta do que as normalistas, e os considera “um elemento de irrecusável valor cultural”

(RIO DE JANEIRO, 1930, p.86).

Ainda carecemos de apoio documental para acompanhar os desdobramentos desta provocação feita pelo executivo ao legislativo, mas fica evidenciado a motivação de Manuel Duarte em ampliar o quadro de professores estaduais, motivado por um processo político de “renascimento fluminense”, iniciada por Feliciano Sodré e outros políticos aliados.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos o nosso texto enfatizando que o historiador, tal como recomendou Marc Bloch, deve estar atento ao seu próprio tempo e interpretar o mundo a sua volta. Por isso, achamos por bem apresentar dados atuais sobre a formação dos professores primários no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro. Se levarmos em conta as metas previstas no Plano Nacional de Educação (2014-2024), o Rio de Janeiro ainda tem um trabalho significativo a ser desenvolvido no que diz respeito a formação de professores em Nível Superior.

A narrativa que elaboramos tentou apresentar alguns dados referentes a um período histórico marcado por agitações políticas e discursos que tinham como objetivo embalar o desenvolvimento do país. No que diz respeito ao Rio de Janeiro, na década de 1920 ainda estava em jogo a formação de uma identidade fluminense e um projeto de recuperação de prestígio do Estado no cenário nacional. O presidente do estado tentou, em todas as mensagens encaminhadas, passar a impressão que a Educação Estadual estava ganhando um novo. Estas narrativas devem ser confrontadas com outros relatórios (da própria Inspeção) e discursos. Colocando os resultados apresentados em dúvidas, ou os aceitando, os desafios da Educação Estadual eram grandes e os problemas estavam longe de serem sanados.

O que achamos por bem enfatizar é: a formação dos professores que atuam no interior do Estado era um problema a ser resolvido na virada das décadas de 1920-1930 e, guardadas as questões próprias de cada momento histórico, o Rio de Janeiro ainda se depara com esta questão. Se antes o desafio que se colocava era assegurar que os professores em exercício tivessem a formação em Nível Normal, hoje a demanda é pela formação em Nível Superior. O que os dados oficiais atuais nos mostram é que outros estados da federação, como o Espírito Santo, conseguiram avançar neste ponto.

Apresentamos os esforços e ações empreendidas pelo governo estadual para sanar o primeiro problema, porém se faz necessário acompanhar o desdobramento da política educacional do estado nos períodos posteriores, de forma que seja possível indicar os entraves encontrados, pois aqui expomos apenas os primeiros resultados divulgados, pouco tempo depois da reforma ser implementada.

Cabe ainda analisar outros fatores que confluem para o desenvolvimento da

Educação, como a questão financeira. Devemos nos questionar se houvera aumento no orçamento, ou repartição dos recursos já disponíveis. Também vemos a necessidade de continuar a pesquisa investigando outras ações que visavam a melhoria da formação de professores, como a criação de novas cadeiras no Ensino Normal, a criação das Escolas Complementares e os Cursos de Aperfeiçoamento. São estes os possíveis caminhos que esta investigação deve seguir.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia**. In. PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos**. In. PINSKY, Carla. (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e a identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

RÉMOND, René. (org.). **Por uma História Política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1 de agosto de 1928**, pelo presidente de Estado Manuel Duarte. Niterói: Oficinas Graphics do “Diário Oficial, 1928.

RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1 de outubro de 1929**, pelo presidente de Estado Manuel Duarte. Niterói: Oficinas Graphics do “Diário Oficial, 1929.

RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1 de outubro de 1930**, pelo presidente de Estado Manuel Duarte. Niterói: Oficinas Graphics do “Diário Oficial, 1930.

SOUZA, Rosa Fátima de. **As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil**. In. ARAÚJO, José Carlos; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. (orgs.). **Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Arte 97, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

Artista-docente 174, 175, 176, 181

C

CBPE 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Coordenação 45, 46, 79, 94, 95, 105, 107, 108, 111, 112

D

DAM 68, 69, 75, 78, 79

Disseminação do conhecimento 153, 156, 157, 163

Diversidade 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 53, 93, 99, 120, 121, 122, 123, 124, 154

Docentes 1, 8, 10, 11, 13, 15, 22, 23, 26, 30, 31, 33, 42, 46, 54, 56, 59, 77, 90, 93, 94, 100, 109, 118, 124, 128, 130, 137, 139, 141, 142, 148, 169, 171, 172, 174, 177

E

Educação 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 101, 103, 105, 106, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 163, 164, 166, 167, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182

Educação de Jovens e Adultos 80, 81, 82, 85

Educação Profissional 80, 81, 82, 83, 85

Ensino de Química 21, 58, 62, 153, 155, 159, 161, 164

Ensino e aprendizagem 23, 29, 30, 31, 33, 52, 126, 127, 128, 129, 130, 153, 155, 158, 159, 161, 162, 164

Ensino Normal 138, 139, 146, 147, 148, 152

Estágio supervisionado 60, 61, 67

Evasão 13, 14, 16, 22, 134

Experiência 5, 14, 15, 18, 26, 37, 44, 51, 52, 54, 66, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 88, 91, 96, 100, 108, 110, 132, 136, 153, 156, 161, 163, 174, 175, 178, 179, 180, 181

F

Fonoaudiologia 165, 166, 168, 170, 171, 172

Formação Continuada 1, 2, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 47, 69, 70, 71, 72, 86, 90, 95, 105, 108, 117, 118, 136, 155

Formação de professores 1, 14, 16, 32, 33, 35, 36, 38, 44, 45, 47, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 67, 70, 75, 78, 89, 91, 93, 126, 130, 131, 133, 138, 139, 141, 148, 149, 151, 152, 153, 163, 164, 182

Formação Docente 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 31, 33, 41, 44, 45, 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 68, 70, 72, 76, 77, 79, 87, 88, 119, 130, 143, 149, 153, 154, 155, 158, 159, 164

Formação Inicial 16, 22, 29, 33, 35, 36, 44, 46, 48, 54, 58, 59, 67, 81, 118, 139, 141, 153, 155, 156, 158, 159, 162, 163, 164

I

Instituto Federal do Paraná 80, 81, 82

L

Legislação 95, 105, 118, 121, 142, 144

Licenciatura 13, 14, 15, 16, 17, 22, 33, 46, 48, 54, 56, 58, 60, 61, 62, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 95, 97, 106, 107, 118, 133, 182

M

Mediações Étnico-Raciais 120, 122, 125

Metodologias Ativas 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Métodos pedagógicos 13, 14, 68

Multiculturalismo 1, 5

N

Narrativas 58, 60, 61, 65, 66, 67, 93, 97, 100, 102, 140, 151, 174, 176, 182

Neurociências 86, 87, 88, 89, 90, 91

P

Pedagogia 11, 12, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 54, 55, 56, 57, 83, 85, 91, 93, 95, 97, 101, 102, 106, 118, 120, 133, 150, 164, 181

Pedagógica 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 60, 63, 67, 70, 77, 80, 82, 83, 91, 95, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 117, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 137, 161, 162, 163, 164

Permanência 13, 14, 15, 19, 82

PIBID 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 33, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57

Práticas Pedagógicas 1, 17, 19, 49, 88, 113, 116, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 154

Processos educativos 10, 23, 49, 53, 54, 91

PROEJA 80, 81, 82, 83, 84, 85

Professores 1, 2, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 77, 78, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 181, 182

Projeto Pedagógico de Curso 80

Q

Qualidade educacional 23, 25, 26, 28, 31, 33

R

Recursos Educacionais Abertos 153, 155, 159, 164

Reforma Estadual de Manuel Duarte 138

Resistências 93, 101

S

Saúde vocal 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

T

Tecnologias da Informação e Comunicação 35

Tecnologias digitais 126, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 153, 154, 156, 163

Trajetórias 43, 59, 93, 94, 97, 101, 102, 104, 118

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020